

STF retoma sessões e crise não é citada

Primeiro caso pautado tratava da imunidade do ITBI sobre as operações de empresas do setor imobiliário

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta quarta-feira (16) as sessões regulares da Corte após a disputa interna que paralisou os trabalhos do plenário. A sessão foi aberta pelo presidente do tribunal, Edson Fachin, por volta das 14h50, e os acontecimentos do dia anterior não foram mencionados.

O primeiro caso pautado para julgamento tratava da imunidade do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre as operações de empresas do setor imobiliário. Alexandre de Moraes pediu vista.

A controvérsia central está em determinar se a isenção de ITBI prevista na Constituição alcan-

ça empresas que possuem como atividade principal a exploração imobiliária, como compra, venda e locação.

A relevância do tema vai além dos interesses de municípios - que são os responsáveis pelo recolhimento do ITBI - e imobiliárias. Algumas famílias, que têm patrimônio em imóveis, criam holdings para facilitar seus planejamentos sucessórios. Isso evita a incidência de impostos previstos para transferências de imóveis entre pessoas físicas.

Fachin foi favorável ao contribuinte. Ele entendeu que a imunidade tributária na integralização de capitais não depende da atividade preponderante da

companhia. Seu voto foi seguido hoje pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Kássio Nunes Marques e Luiz Fux.

Se for considerado também o voto da ministra Cármen Lúcia, proferido no plenário virtual, há maioria favorável ao contribuinte.

Na semana passada, as sessões deliberativas foram canceladas, diante do impasse sobre o rito da sessão que envolvia as citações dos nomes de ministros em conversas com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. (ABr e AE)



Mendonça (à esquerda) e Moraes durante o julgamento

Entenda

O STF encerrou a sessão desta terça-feira (15) sem definir se o ministro Alexandre de Moraes pode ser investigado pela suposta relação com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Pelas regras internas da Corte, o ministro Flávio Dino, que pediu vista do caso, tem prazo de 90 dias para devolver a questão para julgamento.

O impasse entre os ministros ocorreu pela discordância sobre o rito que seria adotado no julgamento. Inicialmente, somente o caso de Moraes foi pautado pelo presidente da Corte, Edson Fachin. A análise das suspeitas contra André Mendonça estava marcada para a sessão do dia 23 de setembro.

Durante a sessão, os ministros ligados à ala de Moraes defenderam que a relação com Vorcaro deveria ser analisada em conjunto com as supostas irregularidades atribuídas ao ministro André Mendonça, antigo relator do caso, ao solicitar ao plenário a investigação.

Pelo entendimento, o mesmo rito deveria ser adotado nos dois casos. Dessa forma, o ministro Gilmar Mendes levantou uma questão de ordem para incluir a análise das supostas irregularidades contra André Mendonça.

A questão foi colocada em julgamento, mas não chegou a ser finalizada porque Dino pediu vista do processo após o bate-boca entre Gilmar Mendes e Mendonça. O placar parcial ficou em 4 votos a 3.

Mendonça

O ministro André Mendonça, antigo relator do caso Master, é acusado por Alexandre de Moraes de atuar de forma parcial na condução das investigações para incriminá-lo.

Além disso, a Procuradoria-Geral da República (PGR) diz que Mendonça investigou Moraes ilegalmente ao determinar o aprofundamento da apuração sobre o caso Master para esmiuçar as conversas envolvendo o ministro e o ex-banqueiro.

No entendimento da procuradoria, o aprofundamento da apuração só poderia ocorrer após autorização do plenário da Corte.

Moraes

O caso Moraes veio à tona no dia 1º de setembro, quando André Mendonça retirou o sigilo do relatório da Polícia Federal e encaminhou as conversas para Fachin.

A investigação aponta que Vorcaro trocou cerca de 50 mensagens com número atribuído a Alexandre de Moraes antes de ser preso, em 17 de novembro do ano passado.

Em defesa apresentada na madrugada de terça, horas antes da sessão extraordinária, o ministro negou ter cometido qualquer tipo de irregularidade e classificou o relatório que contém supostas mensagens enviadas pelo ex-banqueiro a ele como inconstitucional e ilegal.

Cármen Lúcia lamenta desânimo e descrença

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta quarta-feira (16) que a confiança da população nas instituições é essencial para a preservação da democracia. A declaração ocorreu durante participação por videoconferência no 22º Encontro Nacional de Controle Interno, realizado em Belo Horizonte.

Cármen Lúcia lamentou o cenário de descrença e desânimo em relação às instituições. Para a ministra, embora erros façam parte da atuação humana, cabe aos servidores públicos trabalhar para corrigi-los e oferecer à sociedade um serviço de qualidade.

A ministra também destacou que a prestação de um bom serviço público é uma obrigação dos agentes públicos. Ela defendeu ainda o fortalecimento das estruturas de controle interno e melhores condições para o trabalho dos órgãos responsáveis pela fiscalização da administração.

Lindbergh pede bloqueio de bens de Flávio

O vice-líder do governo na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), protocolou nesta quarta-feira (16), no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido para bloquear até R\$ 72 milhões em bens do candidato do PL à Presidência da República, senador Flávio Bolsonaro (RJ).

O petista atribuiu o valor aos recursos repassados pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro para o financiamento de *Dark Horse*, filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente em prisão domiciliar.

Flávio confirmou anteriormente ter procurado Vorcaro para captar recursos para o filme, mas nega irregularidades.

Conselho Superior do MPF analisará mensagens de Vorcaro sobre Gonet

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) marcou para 25 de setembro o debate sobre o procedimento interno acerca das menções ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, em mensagens do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do antigo Banco Master.

O caso é relatado pelo subprocurador-geral da República, Francisco de Assis Sanseverino, um dos conselheiros, e foi aberto após representação de deputados do partido Novo. Eles pediram para Gonet ser afastado das investigações do caso Master.

O PGR não responde a um processo administrativo, passível de punições. O conselho deverá se ater a discutir se a menção a

Gonet em relatório da PF compromete sua imparcialidade no caso Master.

Em defesa enviada na terça-feira (15), Gonet disse que pode afirmar, em termos bastante diretos e simples, que não tem "com o Sr. Daniel Vorcaro relação de amizade alguma, nem muito menos interesse pessoal nos processos em que ele conste como parte ou investigado".



Paulo Gonet

Durante julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), também na terça, Gonet disse ter se encontrado com Vorcaro apenas uma vez, de forma "brevíssima e banal", em decorrência da participação de um painel jurídico em Londres que tinha o Master entre os patrocinadores.

Na defesa ao Conselho Superior, o PGR disse que

não tinha conhecimento prévio de quem eram os patrocinadores do evento. Gonet enfatiza ainda não ter sido encontrado no telefone de Vorcaro nenhum contato relativo a ele.

Os investigadores da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas por Vorcaro, apontam para menções a Gonet em conversas do ex-banqueiro com o ministro do STF Alexandre de Moraes.

"Não podemos reverter isso com Paulo e Andrei", diz Vorcaro em uma das mensagens.

Para os delegados responsáveis pela Compliance Zero, tratam-se de Paulo Gonet e Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal (PF). Gonet também aparece em conversas de Vorcaro com o advogado Ciro Soares.

Pai de Vorcaro faz pedido a Fachin

O pai de Daniel Vorcaro, Henrique Vorcaro, pediu ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, que reveja e revogue a suspensão do processo em que foi determinada sua

prisão preventiva, para análise de um pedido de prisão domiciliar.

Ao assumir a relatoria da possível abertura de investigação contra Alexandre de Moraes,

Fachin também determinou que todos os processos relacionados ao Banco Master e às fraudes no INSS fossem remetidos a seu gabinete e suspendeu os procedimentos.